

ESPECTRO

Admonet in somnis et turbida terret imago.

Horrido Espectro me atormenta em sonhor.

LISBOA 5 DE FEVEREIRO.

O governo já não pôde com tanta gloria — succumbe debaixo do pezo do seu proprio credito! Apesar disso os expedientes multiplicam-se, receitam-se mesinhas, e observa-se sobre tudo a mais rigorosa dieta.

Mandaram-se pagar os fundos em Londres, fez-se um emprestimo para isso, e os fundos desceram! Lá ficaram a 33 por cento no dia 26 do passado!

Assim asseverámos ha dias que havia de acontecer. A criação das 600 mil libras em apolices de 4 por cento produziu immediatamante o seu resultado natural.

O decreto é de 7 de Dezembro: a publicação no *Diario* é de 19 de Janeiro; o paquete sahio daqui a 20; em 26 a praça de Londres confirmava as asserções do *Espectro* e ria-se das tranquibernias dos nossos charlatães. Nunca o castigo seguiu tão depressa a culpa.

O que não apresenta ao homem pensador a observação dos factos! No dia 5 de Dezembro ficaram os fundos na Inglaterra a 39 e meio, segundo vemos no *Diario do Governo* de 14 de Dezembro. Lavra-se o decreto para a emissão dos bonds, e os fundos descem: ganha o ministerio a victoria de Torres Vedras, e os fundos ainda descem mais! Chega a noticia official a Londres, e cahem a um preço a que nunca chegaram!

E qual é a razão deste fenomeno? É porque alli não se cre na estabilidade do governo; é porque se conhecem as suas tendencias despoticas; é porque se sabe que a criação dos meios para o pagamento do juro compromette o proprio capital; é porque se comprehende que esta administração é essencialmente devorista e dissipadora. Eis-ahi as causas porque os fundos descem não obstante os successos que parece os deviam fazer subir.

E já consta que se tracta de nova tranquibernia; falla-se em derogar o decreto que impoz duas decimas sobre os juros da divida externa! Entra nisto certo cavalheiro que se diz mandára comprar fundos, e que untára bem as mãos já sebtas do ministro Souza Azevedo.

Escusado é tanto barafustar. Ou tirem ou po-

nham decimas a sua posição não melhora. Os credores inglezes curam menos do maior ou menor juro que da segurança dos capitaes, e essa segurança fica compromettida quando se promete pagar o que de fórma nenhuma se pôde fazer. De que serve essa derogação se para o semestre seguinte o governo nem o dividendo com as duas decimas pôde pagar?

Toda a gente sabe que o ministerio lançou mão dos rendimentos da junta do credito publico; e que aquelle estabelecimento vai ficar tão exauthorado como o thesouro. A primeira concussão fê-la lançando mão das mesadas do contracto do tabaco, asseverando que o ministerio da guerra supriria esse *deficit*, entregando á junta as quantias recebidas, mas o governo ainda achou pouco; e por esse motivo é que foi forçoso récorrer ao emprestimo em Londres.

No nieio destas lidas apresenta-se um expectaculo curioso — é o governo e o seu *Diario*. Parecem o *Jean qui pleure*; *Jean qui rit* de Voltaire; e o publico tambem se riria se os empiricos não fossem dando á solla com a fazenda da nação.

Chegamos a circumstancias extremas — faltamos meios — é mister salvar-nos. Eis aqui a saudação angelica do *Diario* do 1.º do corrente — É o *Jean qui pleure*. Ahi vai o remedio:

Cartistas! A's armas! (Diz elle).

«Ide por esse mundo, prégai o evangelho da agiotagem a toda a creatura. Quem vos ouvir, ouve-me a mim; quem vos desprezar, despreza-me a mim. Ide — Dizei que se vai diminuir o agio das notas do banco de Lisboa: dizei que ha idéa de se contrahir um emprestimo fóra do paiz em moeda metalica: dizei que não será um emprestimo, mas que serão dous: dizei que no paiz ha sommas importantes em metal mas que tem sua desconfiança das unhas dos ministros: dizei que o dinheiro é muito tentador! Animaí os papalvos dizendo-lhes que se vai amoedar prata e cobre; e que desta ultima praga já se encomendou muito metal que é barato: dizei-lhes que as quantias metalicas que se remetteram para o exercito já começaram a refluir para a capital, e que o Roma e Augusto Xavier as foram esperar á ponte de Sacavém: dizei-lhes

« que vão sair de Lisboa muitas quantias de no-
 « tãs para o pagamento das contribuições: di-
 « zei-lhes que não ha motivo para temer mais
 « emissões de notas porque ellas não papam gen-
 « te, e porque o Augusto Xavier da Silva já
 « tem a mão cansada: dizei-lhes que o desconto
 « das notas provém do pouco numerario que
 « ha no Porto!! Dizei tudo isto, verdadeiros
 « cartistas; que se o povo vos acreditar teremos
 « feita a nossa fortuna, e os tolos que rebentem
 « de fome.»

Altos segredos de Deos! Está a patria salva.
 Venha o hymno!

As quantias metalicas refluem para a capital!
 E as notas não refluem? Oh! Essas não voltam!
 As quantias metalicas refluem sim; mas é por-
 que as notas ficam nas mãos do pobre povo!
 Esse é o que vai pagar as custas!

E que terá o paiz lucrado quando o governo
 tiver contrahido um emprestimo, e o banco ou-
 tro? Ficarão arruinado ainda mais. Quem diria
 que a felicidade publica estava em dous em-
 prestimos, que vão augmentar a nossa divida,
 e por conseguinte as contribuições?

Desviamos os olhos desse vergonhoso painel
 que se acha estendido nas columnas do *Diario*;
 porque elle mesmo se arrependeu de o ter mos-
 trado. Deixemos o *Jean qui pleure* e vejamos o
Jean qui rit.

No *Diario* de 2 do corrente o governo con-
 fessou-se corrido do papel que acabava de re-
 presentar, limpou as lagrimas, esfregou os olhos,
 e começou a arrotar postas de pescada. Eis-ahi
 o que elle diz:

« Desde logo (5 d'Outubro) os males come-
 « çaram a declinar, e se bem que ainda senti-
 « mos os seus effeitos, em breve cessarão; visto
 « que as causas que os produziram se vão pro-
 « gressivamente extinguindo.

« Temos felizmente ainda bastantas recur-
 sos.

« Muito temos adiantado.

« Gozaremos dias de prosperidade. . . .

« O nosso estado nem é desesperado nem isso
 « dissemos!»

Basta; que ainda nos resoam nos ouvidos aquelas
 estrondosas palavras: — «Chegamos a cir-
 cumstancias extremas, Faltam-nos os meios, e
 « o credito violentamente abalado, apesar de
 « quanto se tem feito para o melhorar, augmen-
 « ta ainda o nosso apuro. É mister salvar-nos.»
 Basta que o cinismo toca a metá do possível.
Jean qui pleure; Jean qui rit.

O descredito está confessado por esta gente,
 e essa confissão foi-lhe terrivel; não que viesse
 desenganar o povo, que esse já estava desenga-
 nado, mas porque veio illustrar os amigos do
 governo que acreditavam nas suas fantasmagoria-
 rias.

Dissera em 30 de Janeiro que « as noticias do
 « Porto dayam alli uma subida de cambio ex-

« traordinaria, não se podendo realizar letra
 « sobre Londres a menor cambio do que a 58.
 « por mais acreditadas que fossem as pessoas dos
 « sacadores. — Que isto provava exuberantemen-
 « te a falta extraordinaria de numerario na pra-
 « ça do Porto, e fizera com que diversas casas
 « de Lisboa tenham mandado comprar letras ao
 « Porto porque na differença do cambio tiram
 « um lucro talvez de mais de 8 por cento: —
 « e que o incentivo do lucro tem levado os to-
 « madores de letras a vender notas para reali-
 « sar metaes, de modo que acontece a deprecia-
 « ção no preço das notas pelo augmento da of-
 « ferta.»

A explicação do governo é razoavel — quiz
 imputar ao Porto o seu descredito; mas muito
 mal vai a qualquer ministerio quando o seu cre-
 dito está em mãos alheias. Nós folgamos que os
 agiotas de Lisboa vão comprar letras ao Porto;
 porque seguindo as regras immutaveis do com-
 mercio, o *augmento da procura* ha de fazer al-
 li diminuir o agio; e essa *procura* é um signal
 de credito para o commercio do Porto que o
 favorece e que o honra.

Mas até (com magoa o dizemos) a asserção
 do *Diario* é falsa. Não são os capitalistas que
 vendem as notas, é o mesmo governo; e não
 somos nós que o dizemos é elle mesmo em ou-
 tro numero do seu *Diario*. Lê-de o do primei-
 ro do corrente e ahí vereis, estas notaveis pala-
 vras:

« Logo que se veja que o governo importa
 « valiosas quantias metalicas, e *cessa de vender no-*
 « *tãs* para as suas despezas, ha de ver-se que o
 « metal escondido sahe a procurar emprego. . . »

Vistes um escandalo maior, uma confissão
 mais sincera, uma contradicção mais flagrante?
 Não são os compradores de letras que vendem
 as notas, é o governo! E porque não paga com
 ellas?

Ainda não se viu administração mais mise-
 ravel, escriptores mais insensatos.

E para obstar a este descredito tomam-se me-
 didas que o augmentam ainda.

Que significa em boa linguagem um decreto
 que ahí se publicou, no qual se diz que se o
 banco de Portugal não amortisar as notas, as
 amortisará o governo? Que quer isto dizer se-
 não que o mesmo governo não acredita que o
 banco desempenhe as suas obrigações?

Mas que garantia nos dão? o governo! Isto
 é irrisorio! o governo que em lugar de amor-
 tisar, como era obrigado, o papel moeda, tem-
 no lançado no mercado! o governo que empe-
 nhou já na praça de Londres bonds que devia
 cancellar! É um fallido a abonar outro fallido!
 Pois o thesouro tem hoje mais credito que o
 banco? O Sousa Azevedo val mais que o Roma
 ou que o Augusto Xavier da Silva?

Deveríamos parar aqui se um acto mais im-
 moral, mais irritante não viesse chamar a nos-

sa attenção. Fallamos da portaria do 1.º do corrente, dessa portaria estulta, repugnante, que contraria o senso commum, abala o credito, e santifica a concussão.

Diz-se áhi que «os recebedores não teem querido receber no pagamento das collectas das contribuições as notas do banco de Lisboa, quando a importancia das collectas ou minimo a satisfazer é inferior a 1\$200 rs. ainda que os devedores declarem que cedem a favor da fazenda o excesso do valor nominal das notas, acontecendo tambem alguns recebedores recusarem-se aceitar aos contribuintes as sobreditas notas na totalidade das collectas por pertenderem que os pagamentos se verifiquem a respeito da importancia de cada collecta separadamente.» Diz-se isto, e não se estranha este procedimento; não o estranha um governo que mandou citar todo o mundo para receber as notas como dinheiro! Receba-as todo o publico, menos os agentes do governo! Que moral!

Mas agora vejamos as providencias: «1.º As notas do banco devem ser acceitas no seu valor representativo no pagamento total dos impostos que cada contribuinte pessoalmente tiver a pagar na mesma recebedoria. — 2.º que devem igualmente ser acceitas as referidas notas quando o seu valor exceda á somma dos conhecimentos ou documentos de cobrança, pertencentes a cada contribuinte, uma vez que se declare que aede do excesso em beneficio da fazenda publica!!!!!!

Meu Deos! ainda estavamos reservados para mais esta vergonha!

Pagam a um pobre pensionista 3\$000 réis (por exemplo), dão-lhe 3\$600 em notas, e obrigam-no a dar-lhes 600 réis de troco em metal; e se o infeliz quizer depois pagar a sua contribuição de 3\$000 réis não lhe dão troco, e fazem o favor de aceitar a cessão do excesso em beneficio da fazenda!!!

Oh! Isto é uma espoliação infame, é um roubo descarado!

Se mandaes considerar as notas como metal, se lhe déstes curso forçado, se lançastes no mercado tantas quantas cada director do banco pôde assignar, pedia a boa fé, a honra e o credito, que taes notas fossem acceitas como dinheiro, e que as repartições publicas dessem por ellas o troco competente. Era assim que ellas se acreditavam, e não com uma portaria infame que põe o sello ao seu descredito.

E isto é uma violencia tanto maior quanto as parcellas de cada prestação menores de 1\$200 réis são mais numerosas — É o trabalhador, o industrial, é em fim o pobre o que vai soffrer! E determina-se isto quando se mandam notas para as provincias aonde as collectas ainda são mais pequenas!

Cidadãos! Faz-se com a vossa fazenda um

jogo terrivel. Sabe-se que o banco feito com alguém do governo joga na deprecição das notas — sabe-se que dando-se por fallido emprega o metal que tem na compra das suas proprias notas, e depois torna a lança-las no mercado! São conhecidos os cambistas que fazem esse vergonhoso trafico!

Cidadãos! O governo paga-vos em notas, e depois não vo-las acceita! Vende-as para as despesas d'elle, mas não as vende para vos pagar, porque sois obrigados a recebe-las em pagamento!

Cidadãos! Um governo assim é corrompido, immoral, e indigno de presidir aos destinos de uma nação — não é uma associação de homens, é uma sucia de delapidadores que vos hão de tirar a camisa do corpo.

Cidadãos! Não declamamos — Tendes diante de vós os factos — qualificai-os, moralisai-os.



As noticias do Porto são muito satisfactorias. Reina alli o maior entusiasmo. A junta marcha inabalavel na estrada da moderação combinada com a maior energia. Eis aqui o que nos diz o nosso correspondente em carta de 29 de Janeiro:

«A força de João Carlos de Saldanha ainda não passou d'Agueda, onde se acha aquartelada. Em Aveiro está apenas uma guarda do governador civil, e sempre prompta a partir logo que tenha noticia de que d'aqui sahiu força. No hospital daquella cidade estão immensos doentes idos do exercito; Saldanha está já sentindo muita falta de palhas e generos, a ponto que dão palha de milho aos cavallos; tem tambem falta de dinheiro, de modo que pagam meias quinzenas aos soldados. Destacou uma força a Vizeu, que seguiu para a Guarda. O general Povoas, que acceitou o commando das duas Beiras, conferido pela junta, reuniu toda a força que poude, porém faltando-lhe o tempo, e reconhecendo a impossibilidade de se sustentar na Guarda, retirou para a Covilhã; não se sabe se a força que entrou nesta cidade seguiria o illustre general. Castello Branco no dia 16 estava occupado pelo nosso governador civil, e pelas communicções recebidas nenhum receio havia de ser incommodado por forças inimigas; Abrantes tambem estava em poder das nossas forças. O ex-barão do Casal está em Vianna com toda a sua força, destruiu as fortificações e está prompto a recolher-se a Valença; os soldados estão perfeitamente indisciplinados, especialmente o regimento 3 d'infanteria; caçadores 3 tem muito pouca força, talvez não exceda a 150 homens, a cavallaria (80) está estragada. O Casal lançou uma contribuição forçada em Vianna; tem commettido atrocidades; acredita-se que se o Casal retirar para

Valença muitos dos seus soldados o abandonarão, recolhendo-se a suas casas uns, e outros formando partidas de salteadores. Tal é o estado de desmoralisação em que se acham.

Muitos dos cavalheiros realistas estão alistados no exercito nacional, e teem tomado parte activa na guerra civil, isto mui especialmente depois que o general Povoas se pronunciou abertamente.

Os saraivistas estão pertinazes, porém morrerão de inanição, porque lhes falta tudo o que é necessario para fazer a guerra.

A nossa força nesta cidade é mui grande, e cada dia augmentará mais. Hoje esteve para sahir uma divisão para o Minho (segundo creio) porém o tempo, que tem estado horrivel, não o permittiu.

Dizem que proximo de Coimbra estão os povos sublevados. Em Villa Real está o Figueiredo (cabecilha miguelista); tem a villa fortificada. O Vinhaes está em Justes, e por em quanto não se atreve a encontrar-se com os miguelistas.»



PARTE OFFICIAL.

REINO.

Tendo-se formado na capital do reino uma vasta conspiração com o fim de destruir a liberdade e independencia do paiz, apoderando-se da direcção dos negocios publicos, e continuando a mesma facção, não obstante a resistencia formal da maioria do paiz, a sustentar e promover uma guerra civil assoladora, e não podendo a junta provisoria deixar de estigmatizar semelhantes attentados na pessoa de seus principaes auctores, e fauctores; decreta em nome da nação e da rainha o seguinte:

Artigo unico. São cousiderados como trai-

dores á patria, e ficam exauthorados de todos os seus postos, empregos, honras e titulos, os membros do actual ministerio de Lisboa, e todos os generaes e commandantes de brigadas e corpos, e mais officiaes ao serviço do mesmo governo, sem prejuizo de responsabilidade em que por seus actos particulares tenham incorrido, ou hajam de incorrer.

§ unico. Incorrerão na mesma pena todos os officiaes militares que no praso de 20 dias da publicação deste decreto, se não submeterem ao governo provisorio do reino, em nome da nação e da rainha, ou não abandonarem o serviço da facção da capital.

Palacio da junta provisoria do governo supremo do reino em 18 de Janeiro de 1847.

Conde das Antas, presidente.

José da Silva Passos, vice-presidente.

Francisco de Paula Lobo d'Avila.

Antonio Luiz de Seabra.

Sebastião de Almeida e Brito.

Justino Ferreira Pinto Basto.

Querendo a junta provisoria do governo supremo do reino honrar a memoria do benemerito brigadeiro Luiz da Silva Mousinho d'Albuquerque, que acaba de fallecer combatendo pela causa da nação e da liberdade, na pessoa de sua mulher D. Anna Mascarenhas de Athaide: ha por bem em nome da nação e da rainha, fazer-lhe a mercê do titulo de viscondessa de Albuquerque durante a sua vida.

Palacio da junta provisoria no Porto, em 21 de Janeiro de 1847.

Conde das Antas, presidente.

José da Silva Passos, vice-presidente.

Justino Ferreira Pinto Basto.

Francisco de Paula Lobo d'Avila.

Antonio Luiz de Seabra.

Sebastião de Almeida e Brito.